

Confirmada por frentista venda de álcool

O frentista Adailto da Silva confirmou ontem que os cinco jovens que mataram o índio Galdino Jesus compraram dois litros de álcool no posto em que ele trabalha, em Brasília. Silva reconheceu os criminosos na prisão. "Isso agrava a situação, já que a maldade ficou caracterizada", disse o delegado Valmir de Carvalho, que preside o inquérito. Se forem condenados, quatro estudantes poderão receber pena de até 34 anos de prisão. Eles foram indiciados por homicídio doloso e corrupção de menores, já que um dos cinco tem 16 anos e poderá ser condenado a 4 anos de cadeia. Os índios pataxós da aldeia onde vivia Galdino ocuparam ontem, sem ordem judicial, cinco fazendas na reserva Pau-Brasil, na Bahia. À tarde, a Justiça de Ilhéus não havia mandado ordem permitindo a invasão. O presidente da Funai, Júlio Gaiger, que tinha ido à aldeia para o enterro de Galdino, foi tomado como refém. **Páginas C5 e A20**



Ed Ferreira/AE

Pé-de-guerra

Pataxós ocupam cinco fazendas na Bahia: Tribunal Federal de Brasília deu autorização

DESP
24/14/97
549
A 1,55A20

24/4/97 cont.
544

ÍNDIOS

Pataxós ocupam áreas e fazem reféns na Bahia

Presidente da Funai, Júlio Gaiger, que estava na região, foi retido por indígenas como forma de pressão para que propriedades sejam integradas à reserva.

SÔNIA CRISTINA SILVA
Enviada especial

PAU-BRASIL — Os índios pataxós hã-hã-hãe da aldeia Caramuru Paraguassu ocuparam ontem, sem ordem judicial, cinco fazendas na reserva Pau-Brasil (BA). Uma decisão do Tribunal Regional Federal de Brasília, em dezembro, autorizou a entrada dos pataxós nas áreas, que somam 788 hectares. Até o final da tarde de ontem a Justiça de Ilhéus não havia despachado a ordem permitindo a ocupação. O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Júlio Gaiger, foi feito refém pelos índios como forma de pressão.

Gaiger foi "convidado", sem opção de escolha, a permanecer na aldeia desde a noite de terça-feira, quando chegou uma hora depois do enterro do índio Galdino de Jesus dos Santos, queimado vivo por cinco jovens de Brasília. Representando a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, o deputado Alcides Modesto (PT-BA) chegou ontem e também foi retido pelo índios, que viam na presença de autoridades uma chance de solucionar a ocupação de 788 hectares, parte dos 36 mil hectares reclamados pelos pataxós desde 1982.

A decisão de ocupar as fazendas saiu às 11h30, depois de uma improdutiva reunião entre Gaiger, o advogado dos índios, Waldir Farias de Mesquita, e os líderes da aldeia. O presidente da Funai foi pego de surpresa, quando o cacique Wilson Pataxó chamou a imprensa para dizer que havia resolvido "não esperar nem mais um

minuto". Sem alternativa, Gaiger teve de se submeter aos índios. O deputado Alcides Modesto também não reagiu. Pouco depois, os índios decidiram que a imprensa também não deveria deixar o local. A entrada para a sede da aldeia foi mantida fechada por uma corrente e vigiada por alguns índios com bordunas, arcos e flechas.

Passava do meio-dia quando cerca de cem índios, tendo à frente o presidente da Funai, foram para a Fazenda Paraíso. Armados apenas de bordunas e pintados de vermelho para a guerra, os pataxós abriram o portão da fazenda sem encontrar resistência.

Foram até a sede, arrombando a casa principal. Foi proibido, no entanto, o acesso de pessoas à residência. Os pataxós decidiram que seria feito um inventário para evitar possíveis acusações de furto.

Estavam na fazenda três funcionários. O presidente da Funai pediu apoio da Polícia Federal. A intenção dos índios era liberar Gaiger e o par-

lamentar quando a polícia chegasse. Apenas o assessor do presidente Antônio Carlos Lago podia sair para manter contatos com Brasília.

Mais tarde, Júlio Gaiger disse que o governo está preparando um projeto destinado aos pataxós. As prioridades do plano serão definidas hoje, em Brasília, entre Gaiger e pataxós. Entre as prioridades deverão estar tratamento da água e apoio técnico para plantio de roças. Gaiger negou ter sido mantido refém. Ao final do dia, ele poderia ter embarcado para Brasília, mas não havia condições de voo. Gaiger embarca hoje cedo para Brasília.

SEDE DA
ALDEIA FOI
FECHADA COM
CORRENTE



Índios pataxós com o presidente da Funai, Júlio Gaiger, durante ocupação da Fazenda Paraíso: "convite" para ficar na aldeia.

Ed Ferreira/AE

24/4/97 cont.
544

SELVAGERIA

Frentista reconhece acusado de matar índio



Roberto Castro/AE

Adailto da Silva contou que rapazes que atearam fogo em Galdino compraram dois litros do combustível, por volta das 3h30 de domingo, e não pareciam estar "drogados ou bêbados"

EDSON LUIZ

BRASÍLIA — O frentista do Posto Cascol, em Brasília, Adailto Ribeiro da Silva, de 24 anos, confirmou ontem que os cinco estudantes que mataram o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos compraram dois litros de álcool combustível para atear fogo à vítima. Ontem, na 1ª Delegacia de Polícia, Silva reconheceu, por meio de uma foto de jornal, Antônio Novély Vilanova como um dos jovens que estiveram no posto na madrugada de domingo. No

fim da tarde, ele foi ao Núcleo de Custódia da Penitenciária da Papuda para fazer o reconhecimento formal dos demais acusados.

Silva contou que Novély, Max Rogério Alves, Tomás Oliveira de Almeida, Eron Chaves de Oliveira e o menor G.N.A.J. chegaram ao posto num Monza, por volta das 3h30. "Eles disseram que queriam comprar álcool para colocar em um carro Gol que estava parado nas proximidades", contou o frentista. Segundo ele, os estudantes pediram um vasilhame, mas acabaram encon-

trando dois frascos de óleo combustível na lata de lixo.

"Eu alertei a eles que os frascos estavam sujos e poderiam dar problema no carburador do carro", disse

Silva. Os estudantes lavaram os vasilhames e pagaram R\$ 1,20 ao frentista. "O pagamento foi feito com uma nota de 1 real e uma moeda de 10 centavos, uma de 5 centavos e outras cinco de 1 centavo."

Silva viu na TV, domingo à noite, que o combustível fora usado para matar o índio. "Se soubesse que o álcool era para isso, não teria vendido aos rapazes." Na

ocasião, ele reconheceu apenas Novély, o único do grupo com quem conversou.

O frentista foi intimado segunda-feira a comparecer à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), onde o menor já contara sobre a ida do grupo ao posto, mas só compareceu ontem. A princípio, Silva negou que tivesse vendido o combustível, para não se envolver no caso. "Estava com medo", disse.

O frentista contou que nenhum dos rapazes aparentava estar alterado. "Eles não pareciam drogados ou bêbados", afirmou.

**SE SOUBESSE
PARA O QUE
ERA, NÃO TERIA
VENDIDO, DIZ**

Silva: "Estava com medo, mas depois resolvi confirmar a história"

Delegado quer concluir inquérito até amanhã

Se condenados, cada um dos quatro estudantes poderá cumprir pena de até 34 anos de prisão

BRASÍLIA — O delegado Valmir Alves de Carvalho, que preside o inquérito sobre a morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, pretende concluir o inquérito até amanhã. Carvalho não acredita que o crime tenha sido premeditado pelos estudantes Max Rogério Alves, Antônio Novély Vilanova, Tomás Oliveira de Almeida, Eron Chaves de Oliveira e G.N.A.J.

"O fato de eles terem visto o índio e depois irem comprar o álcool não quer dizer premeditação de um crime", diz o delegado. "No entanto, isso é um fato que agrava a situação dos acusados, já que a maldade ficou caracterizada."

Para o delegado, até o fato de os acusados terem se cotizado para comprar o combustível torna-se uma agravante, provando que os estudantes estavam lúcidos quando cometeram o crime. "Ficou comprovada a maldade, mas não a premeditação", afirma Valmir Carvalho. "Para se comprovar que foi um crime premeditado, teríamos de provar que os rapazes se encontraram um dia antes, prepararam o combustível com antecedência, o que não ocorreu."

Depoimentos — "Faltam apenas alguns depoimentos de testemunhas para fecharmos o caso", assegura Carvalho, que hoje vai ouvir o advogado Evandro Pertence, filho do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence, que ajudou a socorrer o índio pataxó na madrugada de domingo.

Carvalho ouviu ontem Vera Moretti, dona da pensão em que Galdino estava hospedado. Ela disse que não ouviu ninguém bater à sua porta. "O índio estava hospedado em outra casa, longe da minha", disse a dona da pensão, uma ex-bancária que há seis anos presta serviços à Fundação Nacional do Índio (Funai).

Segundo Vera, Galdino tinha liberdade para entrar a qualquer hora na outra pensão. "Eles (os índios) chegam quando querem e até mesmo pegam as roupas de cama."

Se condenados, cada um dos quatro estudantes maiores poderá cumprir pena de até 34 anos de prisão. O delegado indiciou os acusados por homicídio doloso (quando se tem a intenção de matar) e corrupção de menores, já que G.N.A.J. estava junto com o grupo. O menor, que está recolhido em uma cela com outro menor acusado de roubo, no Centro de Assistência Juvenil Especializada (Caje), poderá ser condenado a 4 anos de prisão. (E.L.)

**DONA
DE PENSÃO
FOI
OUIDA**

NOTAS

■ O presidente em exercício, Marco Maciel, conclamou a sociedade, o Ministério Público e o Poder Judiciário, para "lutar contra a violência e acabar com a impunidade no País". Maciel lamentou no Rio a morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, em Brasília. "Este fato despertou a consciência da nação, no sentido de que acabemos com a impunidade", afirmou. Para Maciel, a responsabilidade pela luta contra a violência bárbara da qual foi vítima Galdino também é "dos pais, dos professores e de todos aqueles que podem contribuir para a educação das pessoas". O presidente disse "ter verificado a necessidade de se tenha consciência da violência no Brasil".

■ Cinco índios de uma tribo pataxó localizada em Carmésia, no Vale do Aço, em Minas, fizeram ontem um protesto na Câmara Municipal de Belo Horizonte, pedindo a condenação mais rápida possível dos cinco rapazes acusados de queimar Galdino, em Brasília. Os índios, dois homens e duas mulheres, uma delas com um bebê, ti-

nham pinturas nos corpos e realizaram uma dança de ritual de guerra. Segundo a Assessoria de Imprensa da Câmara, os índios disseram que a nação pataxó espera que a "justiça dos brancos deixe os assassinos de Galdino apodrecerem na cadeia". "Eles deveriam morrer a flechada", declarou um dos manifestantes.

■ Dez pessoas juntaram-se às Mães da Cinelândia, grupo de parentes de crianças desaparecidas que tradicionalmente se reúne em frente da Câmara de Vereadores do Rio, no centro, para protestar contra a morte do índio Galdino Jesus dos Santos. Três cartazes somaram-se aos com fotos das crianças desaparecidas. Um deles falava diretamente sobre a morte do índio pataxó: "Vamos aceitar que quemem pobres no Brasil? O índio é mais importante do que um mendigo ou uma criança excluída?" A menção foi feita em relação ao depoimento dos criminosos, que afirmaram ter ateadado fogo no índio por pensarem que se tratava de um mendigo.

Crime contra índio foi planejado, diz delegada

Segundo ela, depoimentos de frentista e de menor mostram que atentado foi premeditado

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA — A delegada da Infância e da Adolescência, Suzanne Machado, responsável pelo inquérito do menor G.N.A.J., um dos acusados da morte do índio Galdino Jesus dos Santos, disse ontem que o depoimento do frentista que vendeu álcool para os rapazes confirma que eles compraram o combustível com a intenção de cometer o crime. "Foi uma coisa bem pensada, calculada e planejada", disse Suzanne. "Isso caracteriza que houve homicídio doloso qualificado e o ato não foi impensado, como os rapazes informaram, a princípio."

Ao ser detidos, no domingo, os quatro jovens maiores de idade, Antônio Novélly Vilanova, Eron Chaves Oliveira, Max Rogério Alves e Tomaz Oliveira de Almeida, disseram que passaram pela Avenida W-3 Sul, viraram o suposto mendigo e resolveram usar um produto que tinham no carro para lhe dar "um susto".

O menor G., entretanto, que está detido em local afastado dos demais, disse na Delegacia de Menores que, às 3h40, o grupo foi a um posto de gasolina a 2,5 quilômetros da parada de ônibus e comprou o álcool para a tarefa. Depois, retornou à parada, às 5h10. O menor garante que nada fez. Só assistiu a tudo. Em outro depoimento, o seu irmão, Tomaz, confirma que G. era o único que não tinha caixa de fósforo nas mãos.

Processo — Até 1º de junho o processo do menor estará concluído e julgado, segundo a promotora Sandra Albuquerque, que cuida do caso. De acordo com ela, pela gravidade do ato, a tendência é que o menor tenha de permanecer internado por no máximo de 3 anos. Os pais do garoto serão convocados até amanhã para audiência de apresentação.

Os parentes dos rapazes não quiseram fazer comentários. Apenas o juiz Novélly Vilanova concedeu entrevistas, rechaçando o comportamento do filho.

OESP
24/4/97 C-6
544



Roberto Castro/AE

Monza onde estavam jovens que atearam fogo em Galdino: rapazes andaram 2,5 quilômetros até posto